

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - SEP  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN

**NOTA  
TÉCNICA** | **10**

# **PERFIL DAS FAMÍLIAS INSERIDAS NO CADÚNICO: CONDIÇÕES HABITACIONAIS**

## **MICRORREGIÃO METROPOLITANA**

**Ana Paula Santos Sampaio**  
Socióloga,  
Coordenadora de Estudos Sociais

**Nelcy Barcelos Sossai**  
Matemática,  
Coordenação de Estudos Sociais

**Ronilda Fátima Zucatelli**  
Pedagoga,  
Coordenação de Estudos Sociais

Vitória | Julho 2010

Instituto Jones dos Santos Neves

Perfil das famílias inseridas no cadúnico: condições habitacionais – Microrregião metropolitana. Vitória, ES, 2010.

28p., il. tab. (Nota técnica, 10)

1.Família. 2.Habitação. 3.Infraestrutura. 4.Região Metropolitana. 5.Grande Vitória-ES. I.Sampaio, Ana Paula S. II.Sossai, Nelcy B. III. Ronilda F. Zucatelli. IV.Título. V.Série.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Paulo César Hartung Gomes

VICE-GOVERNADOR  
Ricardo de Rezende Ferraço

SECRETARIO DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO  
José Eduardo de Azevedo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

DIRETORA-PRESIDENTE  
Ana Paula Vitali Janes Vescovi

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS  
Rodrigo Borrego Lorena

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO  
Ernani Gaspar Martins Cordeiro dos Santos

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
Andréa Figueiredo Nascimento

EQUIPE TÉCNICA  
Ana Paula Santos Sampaio  
Nelcy Barcelos Sossai  
Ronilda Fátima Zucatelli

EDITORAÇÃO  
Maria de Fátima Pessotti de Oliveira

BIBLIOTECÁRIA  
Andreza Tovar

[www.ijsn.es.gov.br](http://www.ijsn.es.gov.br)

# Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	05
2. SOBRE A INADEQUAÇÃO DE MORADIAS .....	06
3. SOBRE O CADASTRO ÚNICO .....	08
3.1 Número de famílias por tipo de localidade do domicílio - rural e urbana .....	09
3.2 Número de famílias por situação de posse do domicílio .....	11
3.3 Número de famílias por tipo de domicílio .....	13
3.4 Número de famílias por tipo de construção .....	14
3.5 Número de famílias por tipo de destino do lixo .....	17
3.6 Número de famílias por tipo de esgotamento sanitário .....	19
3.7 Número de famílias por tipo de tratamento de água .....	21
3.8 Número de famílias por tipo de iluminação .....	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	26

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> - Número de famílias por tipo de localidade do domicílio - Microrregiões .....	<b>09</b>
<b>Tabela 02</b> - Número de famílias por tipo de localidade do domicílio - Microrregião Metropolitana .....	<b>10</b>
<b>Tabela 03</b> - Número de famílias por situação de posse do domicílio - Microrregião Metropolitana .....	<b>11</b>
<b>Tabela 04</b> - Número de famílias por situação de posse do domicílio (próprio, alugado, cedido) .....	<b>12</b>
<b>Tabela 05</b> - Número de famílias por tipo de domicílio .....	<b>13</b>
<b>Tabela 06</b> - Número de famílias por tipo de domicílio (apartamento, casa, outros) .....	<b>13</b>
<b>Tabela 07</b> - Número de famílias por tipo de construção .....	<b>15</b>
<b>Tabela 08</b> - Número de famílias por tipo de construção (alvenaria, demais materiais) .....	<b>15</b>
<b>Tabela 09</b> - Número de famílias por tipo de destino do lixo .....	<b>17</b>
<b>Tabela 10</b> - Número de famílias por tipo de esgotamento sanitário .....	<b>19</b>
<b>Tabela 11</b> - Número de famílias por tipo de tratamento da água .....	<b>21</b>
<b>Tabela 12</b> - Percentual de famílias por tipo de tratamento da água .....	<b>22</b>
<b>Tabela 13</b> - Número de famílias por tipo de iluminação .....	<b>23</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Gráfico 01</b> - Percentual de famílias por tipo de localidade do domicílio - Microrregiões ....	<b>10</b>
<b>Gráfico 02</b> - Percentual de famílias por situação de posse do domicílio (próprio, alugado e cedido) .....	<b>12</b>
<b>Gráfico 03</b> - Percentual de famílias por tipo de domicílio (apartamento, casa, outros) .....	<b>14</b>
<b>Gráfico 04</b> - Percentual de famílias por tipo de construção (alvenaria e demais materiais) .....	<b>16</b>
<b>Gráfico 05</b> - Percentual de domicílios por material aproveitado - RMGV .....	<b>16</b>
<b>Gráfico 06</b> - Percentual de famílias por tipo de destino do lixo (coletado e destino inadequado) .....	<b>18</b>
<b>Gráfico 07</b> - Número de famílias por tipo de destino do lixo inadequado .....	<b>18</b>
<b>Gráfico 08</b> - Número de famílias por tipo de esgotamento sanitário (adequado e inadequado) .....	<b>20</b>
<b>Gráfico 09</b> - Número de famílias por tipo de esgotamento sanitário (inadequado) .....	<b>20</b>
<b>Gráfico 10</b> - Percentual de famílias por tipo de tratamento da água .....	<b>22</b>
<b>Gráfico 11</b> - Percentual de famílias por tipo de iluminação (adequado e inadequado) .....	<b>24</b>
<b>Gráfico 12</b> - Percentual de famílias por tipo de iluminação (relógio comunitário, relógio próprio e sem relógio) .....	<b>24</b>
<b>Gráfico 13</b> - Percentual de famílias por tipo de iluminação (energia elétrica e iluminação improvisada) .....	<b>25</b>

# 1. INTRODUÇÃO

O diagnóstico resulta da proposta de identificar a inadequação das moradias em relação às condições mínimas de habitabilidade nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória. Foram utilizadas as informações do Cadastro Único do governo federal – CadÚnico – base do mês de novembro de 2009. As variáveis consideradas para análise foram as informações sobre as características do domicílio e a provisão dos serviços básicos de infraestrutura, como esgotamento sanitário, tratamento da água, destino do lixo e energia elétrica.

A oferta de serviços de infraestrutura urbana é importante para garantir a qualidade de vida da população. A ausência de tais serviços pode impactar negativamente os indicadores nas áreas de saúde, segurança pública e educação. Conhecer as condições de habitação das famílias inseridas no CadÚnico pode auxiliar os gestores municipais a formular as políticas sociais mais adequadas.

Nesse sentido, no presente trabalho são realizadas análises com as variáveis que compõem as características dos domicílios, buscando, entre outros objetivos, apresentar as condições de moradias das famílias capixabas. O CadÚnico funciona como um censo da população mais pobre do Espírito Santo. Vale ressaltar que, ao identificar diversas carências, ele possibilita adequar as intervenções sociais às reais necessidades da população.

Mais do que apresentar as informações, o objetivo desta Nota Técnica é mostrar como o CadÚnico pode ser utilizado para auxiliar o planejamento das gestões municipais.

## 2. SOBRE A INADEQUAÇÃO DE MORADIAS

A partir do conceito mais amplo de necessidades habitacionais, a metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro<sup>1</sup> trabalha com dois conceitos distintos: o déficit habitacional e a inadequação de moradias. Como déficit habitacional entende-se a noção mais imediata de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento.

Por outro lado, o conceito de inadequação de moradias reflete problemas na qualidade de vida dos moradores. Seu dimensionamento visa ao delineamento de políticas complementares à construção de moradias, voltadas para a melhoria dos domicílios existentes. As habitações inadequadas são aquelas que não proporcionam condições desejáveis de habitabilidade, o que não implica, contudo, em necessidade de construção de novas unidades.

A Fundação João Pinheiro considera seis critérios para definir a inadequação de moradias, e para um domicílio ser considerado inadequado basta que ele tenha um dos critérios pré-estabelecidos abaixo.

1. Os domicílios com carência de infra-estrutura: Não dispõem dos serviços básicos de energia elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo. A esta Nota Técnica acrescentamos o tratamento da água para consumo.
2. Adensamento excessivo de moradores: Ocorre quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por dormitório. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos que servem, em caráter permanente, de dormitório para os moradores do domicílio. Nele incluem-se aqueles que assim são utilizados em função de não haver acomodação adequada para essa finalidade. Nesta pesquisa não foi possível quantificar os domicílios com tais características, em função de limitação da base de dados utilizada.
3. Problemas de natureza fundiária: Refere-se aos casos em que pelo menos um dos moradores do domicílio tem a propriedade da moradia, mas não possui a propriedade, total ou parcial, do terreno ou a fração ideal de terreno (no caso de apartamento) em que ela se localiza. Nesta Nota não foi possível quantificar os domicílios com tais características, em função de limitação da base de dados utilizada.

<sup>1</sup> A Fundação João Pinheiro é o Instituto de Pesquisa e Planejamento do Governo Estadual de Minas Gerais.

4. Domicílios com cobertura inadequada: São aqueles que, embora possuindo paredes de alvenaria ou de madeira aparelhada, não apresentam coberturas de telha, laje de concreto ou madeira aparelhada. Nesta Nota não foi possível quantificar os domicílios com tais características, em função de limitação da base de dados utilizada.
5. Alto grau de depreciação: Essa parcela é definida como o complemento dos domicílios com mais de 50 anos de construção cuja reposição é considerada necessária e, portanto, incluídos no déficit habitacional. Considera-se que a manutenção de parte dos imóveis mais antigos necessita apenas de pequenos cuidados. Nesta Nota não foi possível quantificar os domicílios com tais características, em função de limitação da base de dados utilizada.
6. Unidade sanitária domiciliar exclusiva: A inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva define o domicílio que não dispõe de banheiro ou sanitário de uso exclusivo do domicílio. Nesta Nota não foi possível quantificar os domicílios com tais características, em função da limitação da base de dados utilizada.

Nesta pesquisa, tendo em vista as limitações da base de dados utilizada, foi possível identificar e quantificar apenas os domicílios com carências em infraestrutura. Por outro lado, além dos critérios de adequação propostos pela Fundação João Pinheiro, quais sejam, energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, acrescentamos os critérios para o tratamento da água, situação de posse do domicílio, tipo do domicílio e tipo de construção dos domicílios.



### 3. SOBRE O CADASTRO ÚNICO

O Cadastramento Único para Programas Sociais (CadÚnico) foi instituído em julho de 2001 como um instrumento que objetiva retratar a situação socioeconômica da população de todos os municípios brasileiros, por meio do mapeamento e identificação das famílias de baixa renda, incluindo famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O CadÚnico contém informações de todas as pessoas cadastradas nos programas federais de assistência social, inclusive o Bolsa Família.

A Região Metropolitana da Grande Vitória tem 105.700 famílias inseridas no CadÚnico, totalizando 404.126 pessoas, o que corresponde a 24% do total da população. A maioria das famílias cadastradas percebem renda de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo *per capita*.

A utilização do Cadastramento Único pelas três esferas do governo proporciona maior abrangência dos programas sociais, ajuda a identificar os potenciais beneficiários e evita a sobreposição de programas para uma mesma família. São coletadas e incluídas no Cadastro informações referentes a aspectos do domicílio e infraestrutura urbana, composição familiar bem como dados a respeito das características dos indivíduos, tais como qualificação escolar e profissional, rendimentos e despesas mensais, entre outras características.

O CadÚnico constitui uma base de informações que pode ser utilizada pelos governos municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades. Ele é um instrumento fundamental na identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, e sua utilização é legalmente obrigatória na seleção dos beneficiários de programas federais, o que evidencia uma vantagem sobre outras formas de pesquisa de campo, face do interesse da família em responder ao questionário.

O cadastramento é realizado pelos municípios por meio da coleta de dados das famílias de baixa renda<sup>2</sup>, em formulário exclusivo para esse fim. No entanto, as gestões municipais, mais especificamente as Secretarias municipais de Ação Social, ainda esbarram em dificuldades para manter o cadastro atualizado e com informações consistentes. Os problemas vão desde a insuficiência de quadro técnico até a dificuldade no preenchimento das informações.

Nos últimos anos o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) tem investido em programas de capacitação para utilização do CadÚnico, preparando técnicos municipais e estaduais para que estes treinem os entrevistadores nos respectivos municípios. O treinamento deve convencer a equipe de campo sobre a importância do CadÚnico e sobre sua relevância na

<sup>2</sup> É recomendado aos municípios que sejam cadastradas as famílias com renda per capita de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

formulação de políticas públicas para os municípios e Estados.

O MDS é o responsável pela coordenação nacional do cadastro<sup>3</sup>, e ao governo estadual compete motivar e capacitar os gestores municipais, incentivar e acompanhar o processo de cadastramento, além de estimular a utilização do cadastro para os programas das secretarias estaduais e municipais. O papel das prefeituras é o de efetuar o processo de coleta, inclusão, exclusão e atualização sistemática de dados do Cadastro Único. A Caixa Econômica Federal fornece os aplicativos de entrada e transmissão de dados, presta apoio operacional aos municípios, aos Estados e ao governo federal, capacita os agentes de cadastramento, identifica as pessoas cadastradas, atribuindo o Número de Identificação Social (NIS<sup>4</sup>) e distribui os formulários de cadastramento com autorização do MDS.

Os dados do CadÚnico são gerados no GEPS (Gestão Estratégicas de Políticas Sociais), *software* que, por meio de uma ferramenta de consulta dinâmica, possibilita o cruzamento das informações. O Instituto Jones dos Santos Neves e a Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (Setades) possuem o *software*. A Setades é a responsável pela gestão do cadastro e pela base de dados.

### 3.1 Número de famílias por tipo de localidade do domicílio - rural e urbana

**Tabela 01 – Número de famílias por tipo de localidade do domicílio - Microrregiões**

Microrregiões	Rural	% Rural	Urbana	% Urbana	Total
Caparaó	10811	49,60	10985	50,40	21796
Central Serrana	7854	70,71	3254	29,29	11108
Extremo Norte	2531	22,23	8852	77,77	11383
Litoral Norte	6141	26,15	17343	73,85	23484
<b>Metropolitana</b>	<b>2744</b>	<b>2,60</b>	<b>102952</b>	<b>97,40</b>	<b>105700</b>
Metrópole Expandida Sul	6786	40,38	10021	59,62	16807
Noroeste I	8170	45,07	9956	54,93	18126
Noroeste II	6646	44,31	8353	55,69	14999
Pólo Cachoeiro	11783	41,56	16571	58,44	28354
Pólo Colatina	7007	32,34	14660	67,66	21667
Pólo Linhares	5841	21,88	20860	78,12	26701
Sudoeste Serrana	11567	67,17	5653	32,83	17220
<b>Total</b>	<b>87881</b>	<b>27,69</b>	<b>229460</b>	<b>72,31</b>	<b>317345</b>

Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

<sup>3</sup>O MDS é gestor dos programas de transferência de renda, é responsável pela articulação com os municípios das ações integradas para a coleta dos dados das famílias de baixa renda, em formulário específico para esse fim.

<sup>4</sup>Todas as pessoas que são inseridas no Cadastro Único recebem um Número de Identificação Social (NIS).

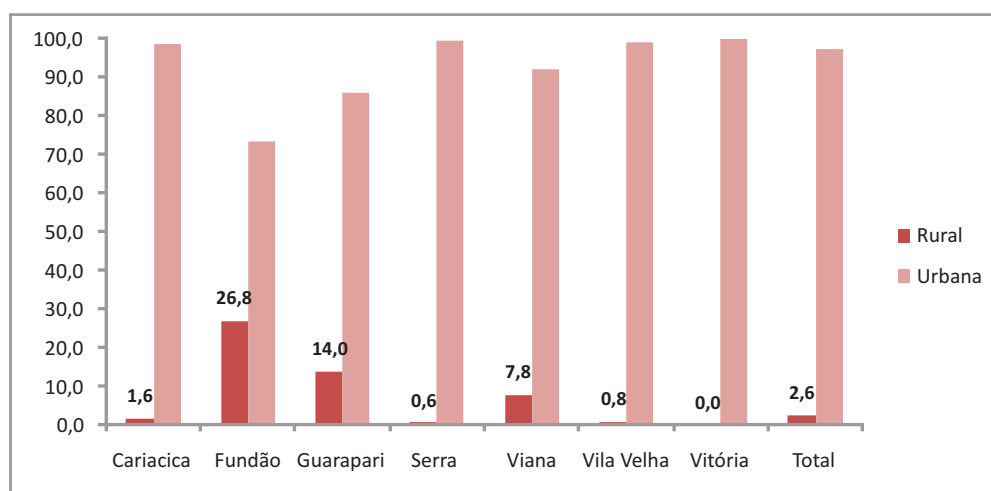
A Região Metropolitana da Grande Vitória, dentre as outras microrregiões, não apresenta número relevante de domicílios localizados na zona rural (Tabela 01), o que é facilmente explicado pelas características urbanas da região. O percentual pouco significativo de 2,6% se localiza predominantemente nos municípios de Fundão e Guarapari (Tabela 2). Se observados no total de domicílios cadastrados do município, Fundão (457) registra 26,8% na zona rural, e Guarapari (1.073), 14%.

**Tabela 02 – Número de famílias por tipo de localidade do domicílio - Microrregião Metropolitana**

Municípios	Rural	Urbana	Total
Cariacica	416	25841	26260
Fundão	457	1248	1705
Guarapari	1073	6604	7677
Serra	172	28774	28947
Viana	480	5668	6148
Vila Velha	137	16629	16766
Vitória	9	18188	18197
<b>RMGV</b>	<b>2744</b>	<b>102952</b>	<b>105700</b>

Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

**Gráfico 01 – Percentual de famílias por tipo de localidade do domicílio - Microrregião Metropolitana**



Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

### 3.2 Número de famílias por situação de posse do domicílio

**Tabela 03 – Número de famílias por situação de posse do domicílio - Microrregião Metropolitana**

Municípios	Alugado	Arrendado	Cedido	Financiado	Invasão	Outra	Próprio	SI*	Total
Cariacica	3765	31	4506	102	65	46	17667	78	26260
Fundão	306	2	379	0	2	12	1004	0	1705
Guarapari	1391	5	2186	11	24	68	3908	84	7677
Serra	6338	30	5176	118	71	99	17061	54	28947
Viana	948	5	1425	41	21	15	3685	8	6148
Vila Velha	2797	36	3957	18	58	197	9491	212	16766
Vitória	4370	23	3849	32	30	181	9584	128	18197
<b>RMGV</b>	<b>19915</b>	<b>132</b>	<b>21478</b>	<b>322</b>	<b>271</b>	<b>618</b>	<b>62400</b>	<b>564</b>	<b>105700</b>

Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

\*SI - Domicílios sem informação.

Em números absolutos, a maioria das famílias inseridas no CadÚnico possui domicílios próprios. Por outro lado, é considerável o número de domicílios alugados. O município de Serra (6.338) se destaca, seguido por Vitória (4.370) e Cariacica (3.765).

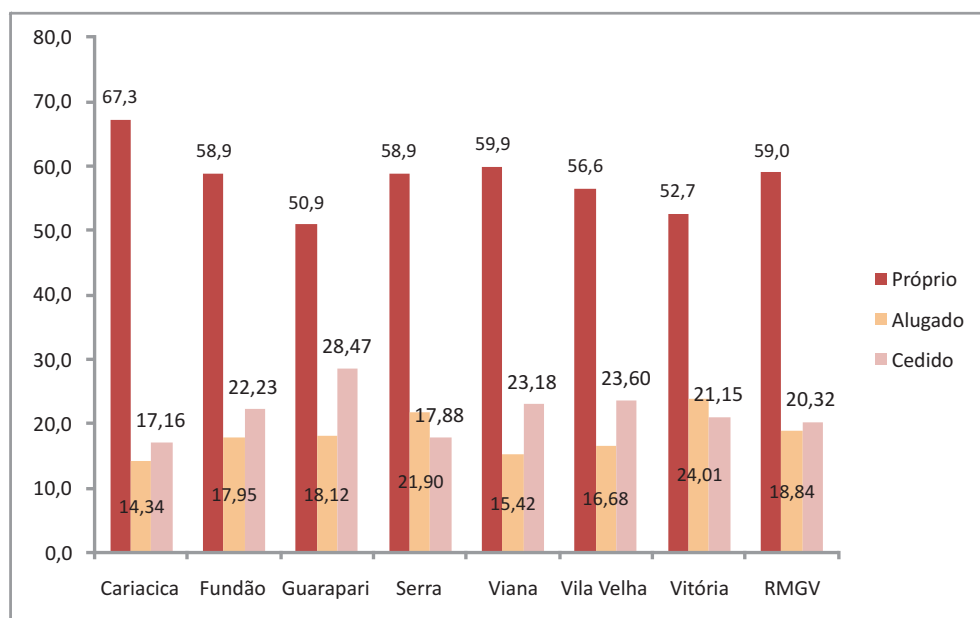
Em números relativos, os municípios de Guarapari (28,5%), Vila Velha (23,6%) e Viana (23,2%) apresentam os maiores percentuais de domicílios cedidos (Tabela 04, Gráfico 02). Se estes forem somados aos percentuais de domicílios alugados, Guarapari registra 46,6% das famílias sem domicílios próprios. Vila Velha e Viana registram 40,3% e 38,6% respectivamente. Os números evidenciam a dificuldade de aquisição de casa própria. Os valores absolutos para a categoria “Outra” não são tão significativos, embora no total de domicílios representem 1% para os municípios de Vila Velha, Vitória e Guarapari. Os dados podem ser referentes a cadastros antigos. A falta de informações mais detalhadas impõe-nos conjecturas, como a de que há mais de uma família residindo no mesmo domicílio, o que poderia ser caracterizado como um dos tipos de coabitação familiar.

**Tabela 04 – Número de famílias por situação de posse do domicílio (próprio alugado, cedido)**

Municípios	Próprio	Alugado	Cedido	Percentual (%)		
				Próprio	Alugado	Cedido
Cariacica	17.667	3765	4506	67,3	14,3	17,2
Fundão	1.004	306	379	58,9	17,9	22,2
Guarapari	3.908	1391	2186	50,9	18,1	28,5
Serra	17.061	6338	5176	58,9	21,9	17,9
Viana	3.685	948	1425	59,9	15,4	23,2
Vila Velha	9.491	2797	3957	56,6	16,7	23,6
Vitória	9.584	4370	3849	52,7	24,0	21,2
<b>RMGV</b>	<b>62.400</b>	<b>19 915</b>	<b>21.478</b>	<b>59,0</b>	<b>18,8</b>	<b>20,3</b>

Fonte: Cadastro Unico/Nov 2009/GEPS Estadual

**Gráfico 02 – Percentual de famílias por situação de posse do domicílio (próprio, alugado e cedido)**



Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

### 3.3 Número de famílias por tipo de domicílio

**Tabela 05 – Número de famílias por tipo de domicílio**

Municípios	Apartamento	Casa	Cômodos	Outros	SI*	Total
Cariacica	302	24326	1413	128	91	26260
Fundão	15	1542	136	12	0	1705
Guarapari	63	6945	553	37	79	7677
Serra	176	27569	1030	107	65	28947
Viana	16	5822	278	24	8	6148
Vila Velha	342	15288	796	123	217	16766
Vitória	587	14862	2473	142	133	18197
<b>Total</b>	<b>1501</b>	<b>96354</b>	<b>6679</b>	<b>573</b>	<b>593</b>	<b>105700</b>

Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual  
 \*SI - Domicílios sem informação.

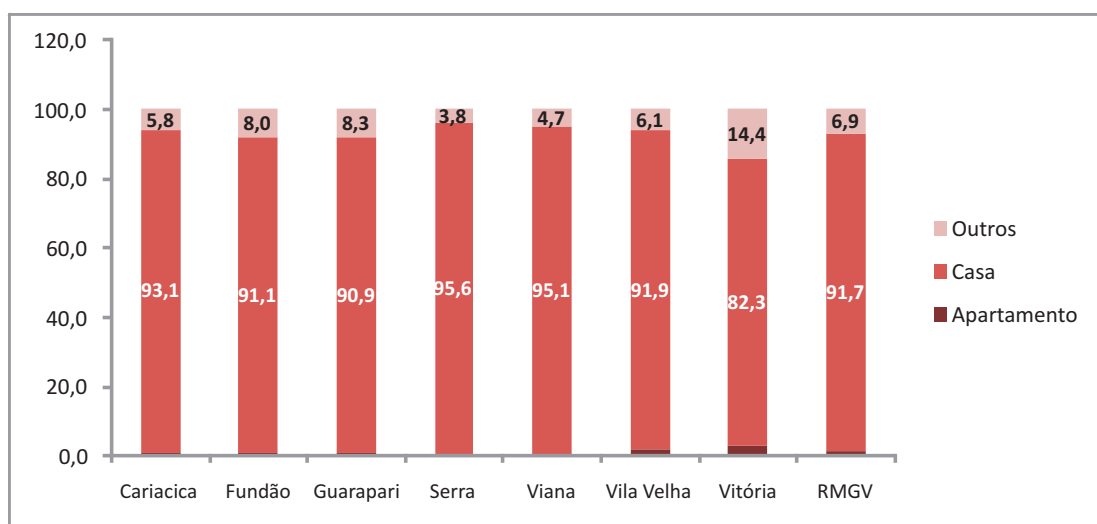
**Tabela 06 – Número de famílias por tipo de domicílio (apartamento, casa, demais moradias)**

Municípios	Apartamento	Casa	Demais moradias	Total	Percentual (%)		
					Apartamento	Casa	D. moradias
Cariacica	302	24326	1541	26169	1,2	93,0	5,9
Fundão	15	1542	148	1705	0,9	90,4	8,7
Guarapari	63	6945	590	7598	0,8	91,4	7,8
Serra	176	27569	1137	28882	0,6	95,5	3,9
Viana	16	5822	302	6140	0,3	94,8	4,9
Vila Velha	342	15288	919	16549	2,1	92,4	5,6
Vitória	587	14862	2615	18064	3,2	82,3	14,5
<b>Total</b>	<b>1501</b>	<b>96354</b>	<b>7252</b>	<b>105107</b>	<b>1,4</b>	<b>91,7</b>	<b>6,9</b>

Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

A maior parte dos domicílios em todos os municípios da Região Metropolitana é de casas. Isso se explica pelas características urbanas dos bairros que concentram o maior número de famílias inseridas no Cadastro Único. Ainda que o percentual de domicílios classificados na categoria “Demais moradias”, que representam o total de famílias residentes em cômodos e em outros tipos de moradias, indefinidas no cadastro, seja menor, ele chega a 6,9% para o total da RMGV. Se observados os municípios separadamente, Vitória está em primeiro lugar no *ranking* de famílias que vivem em cômodos ou em outros tipos de domicílios, com um percentual de 14,5%. Em segundo lugar aparece Fundão, com 8,7% (Gráfico 03).

**Gráfico 03 – Percentual de famílias por tipo de domicílio (apartamento, casa, outros)**



Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

### 3.4 Número de famílias por tipo de construção

O CadÚnico identifica o tipo de material utilizado para a construção dos domicílios. As opções vão desde os considerados “domicílios rústicos”, cujas paredes não foram construídas com material resistente e salubre, como alvenaria ou madeira aparelhada<sup>6</sup>, o que resulta tanto em desconforto para os moradores quanto em risco de contaminação por doenças relacionadas, a condições de saneamento ambiental inadequado. Para a opção “madeira” não há detalhamento, para o fato se é aparelhada ou não. O campo “outro” pode representar condições péssimas de habitação, mas não há observações quanto às características.

<sup>6</sup> Madeira aparelhada é a madeira serrada que sofre processo de acabamento em plaina ou equivalente, a fim de obter uniformidade e melhor acabamento de sua superfície .

**Tabela 07 – Número de famílias por tipo de construção**

Municípios	Adobe	Madeira	Material aproveitado	Outro	Taipa não revestida	Taipa revestida	Tijolo/alvenaria	SI*	Total
Cariacica	48	1458	57	66	78	99	24361	93	26260
Fundão	11	98	6	27	7	20	1536	0	1705
Guarapari	30	196	21	24	35	26	7259	86	7677
Serra	21	579	53	99	40	64	28025	66	28947
Viana	30	433	16	30	8	25	5598	8	6148
Vila Velha	10	1242	45	91	53	45	15065	215	16766
Vitória	34	1488	44	64	45	63	16329	130	18197
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>5494</b>	<b>242</b>	<b>401</b>	<b>266</b>	<b>342</b>	<b>98173</b>	<b>598</b>	<b>105700</b>

Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

\*SI - Domicílios sem informação.

Mais de 90% dos domicílios da RMGV são de tijolo/alvenaria. No entanto, é interessante observar que, em números absolutos, há uma quantidade significativa de domicílios em municípios como Cariacica (1.806), Vila Velha (1.486) e Vitória (1.738), em que as casas são feitas de diversos materiais, como madeira, adobe, taipa não revestida e outros tipos de material (Tabelas 07 e 08, Gráfico 04).

Para efeito de análise, utilizou-se a categoria “Demais materiais”, que expressa a soma de todos os outros tipos de material que não o tijolo/alvenaria, e excluíram-se os domicílios sem informação. Os domicílios incluídos nessa categoria são considerados inadequados para moradia, devido à rusticidade das estruturas físicas das habitações, em virtude da depreciação e/ou utilização de material improvisado ou não durável. Se observado o total de domicílios de cada município, Fundão (9,9%), Vitória (9,6%), Vila Velha (9%) e Viana (8,8) ocupam os primeiros lugares no *ranking* de domicílios improvisados (Gráfico 04).

**Tabela 08 – Número de famílias por tipo de construção (alvenaria, demais materiais)**

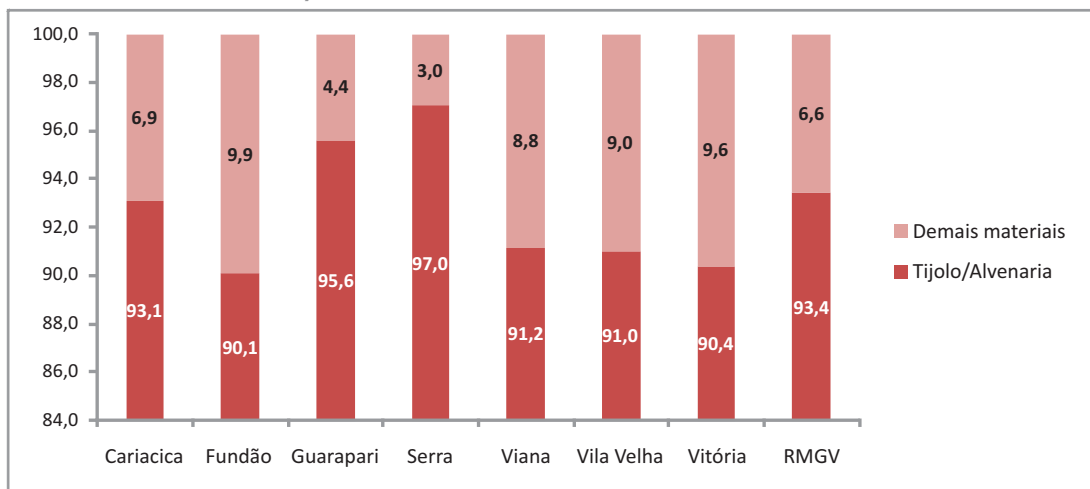
Municípios	Tijolo/alvenaria	Demais materiais	Percentual (%)		Total
			Tijolo/alvenaria	Demais materiais	
Cariacica	24361	1806	93,1	6,9	26167
Fundão	1536	169	90,1	9,9	1705
Guarapari	7259	332	95,6	4,4	7591
Serra	28025	856	97,0	3,0	28881
Viana	5598	542	91,2	8,8	6140
Vila Velha	15065	1486	91,0	9,0	16551
Vitória	16329	1738	90,4	9,6	18067
<b>RMGV</b>	<b>98173</b>	<b>6929</b>	<b>93,4</b>	<b>6,6</b>	<b>105102</b>

Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

\*SI - Domicílios sem informação.

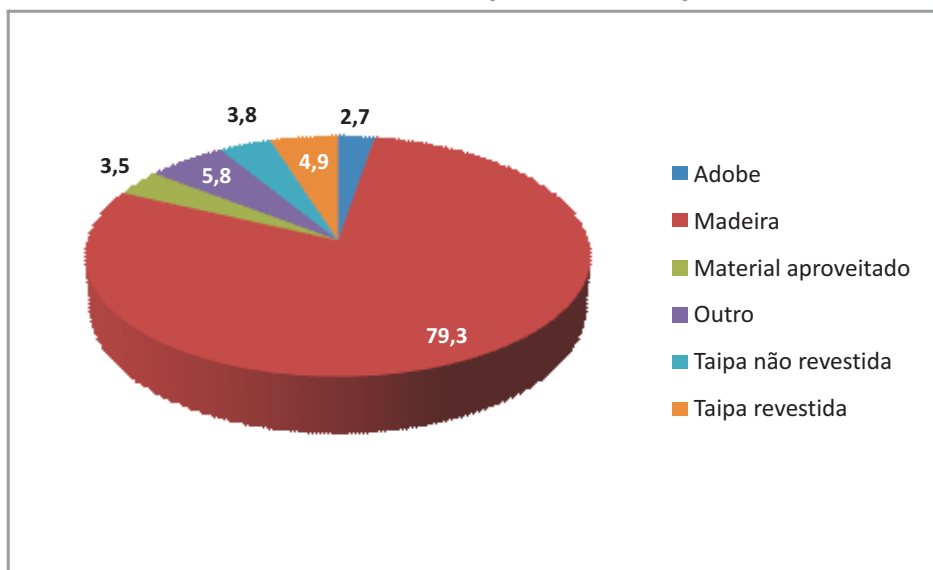


**Gráfico 04 – Percentual de famílias por tipo de construção (alvenaria e demais materiais)**



Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

**Gráfico 05 – Percentual de famílias por material aproveitado - RMGV**



Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

Em relação aos tipos de material aproveitado, as casas de madeira são predominantes na Região Metropolitana da Grande Vitória, representando 79,3% no total para essa categoria (Gráfico 05).

### 3.5 Número de famílias por tipo de destino do lixo

A destinação incorreta do lixo, principalmente das grandes cidades, gera diferentes problemas sociais, ambientais e econômicos. Os depósitos de lixo atraem muitos animais e insetos transmissores de doenças graves e letais, além da poluição do solo, do lençol freático e do ar.

**Tabela 09 – Número de famílias por tipo de destino do lixo**

Municípios	Coletado	Céu aberto	Enterrado	Outro	Queimado	SI*	Total
Cariacica	22562	419	79	142	2975	83	26260
Fundão	1283	9	6	5	402	0	1705
Guarapari	6605	75	34	38	839	86	7677
Serra	27980	177	24	129	571	66	28947
Viana	5139	62	10	14	915	8	6148
Vila Velha	16256	41	10	63	178	218	16766
Vitória	17933	22	26	19	67	130	18197
<b>Total</b>	<b>97758</b>	<b>805</b>	<b>189</b>	<b>410</b>	<b>5947</b>	<b>591</b>	<b>105700</b>

Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

\*SI - Domicílios sem informação.

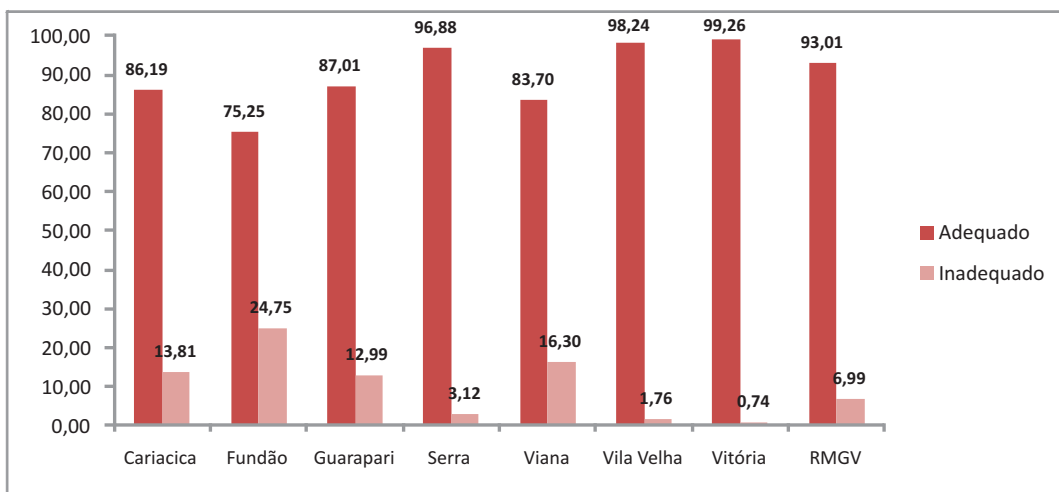
O formulário do CadÚnico apresenta cinco opções para o tipo de destino do lixo (coletado, céu aberto, enterrado, outro e queimado). Para subsidiar as análises dividiu-se a coleta do lixo em duas categorias: adequado e inadequado. Foi considerado adequado apenas o “lixo coletado” e inadequados todos os outros meios de destino. Os campos sem informação não foram incluídos no somatório.

Dentre os municípios da RMGV, o de Vitória se destaca com o maior percentual de adequação (99,26%), seguido de Vila Velha (98,24%) e Serra (96,88%), todos acima da média da RMGV (93,01%). Por sua vez, o município de Fundão registra o maior percentual de inadequação (24,75%), seguido de Viana (16,30%), Cariacica (13,81%) e Guarapari (12,99%). (Gráfico 06).

É importante acrescentar que o governo estadual lançou em 2008 o projeto “Espírito Santo sem Lixão”, com o objetivo de destinar corretamente 100% do lixo gerado e acabar com todos os lixões ilegais<sup>6</sup>.

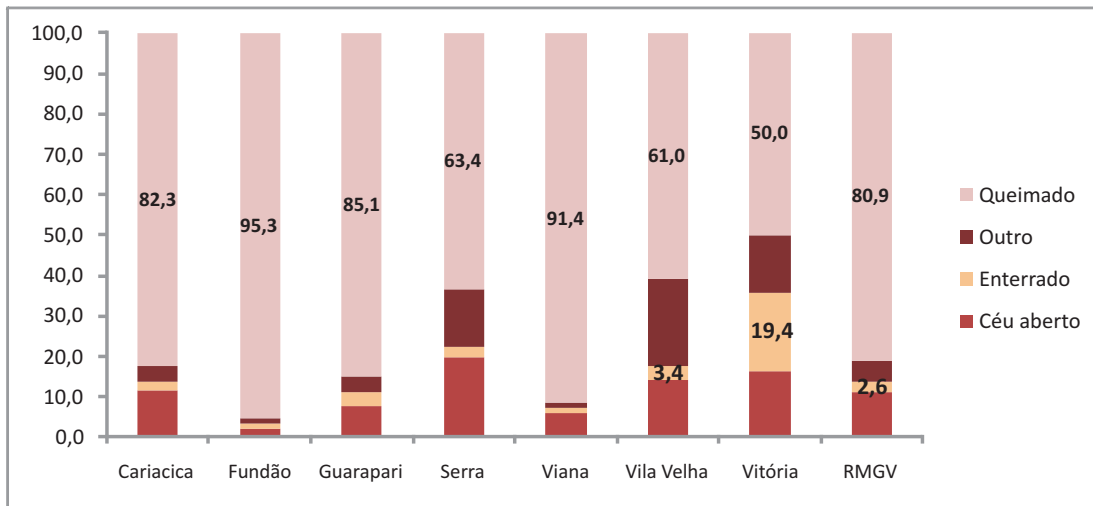
<sup>6</sup>O projeto é coordenado pela Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB) e Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA).

**Gráfico 06 – Percentual de famílias por tipo de destino do lixo (coletado e destino inadequado)**



Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

**Gráfico 07 – Percentual de famílias por tipo de destino do lixo inadequado**



Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

Dentre os tipos de destino do lixo inadequado, queimar o lixo é a principal alternativa dos moradores. O Gráfico 07 representa tal evento.

### 3.6 Número de famílias por tipo de esgotamento sanitário

Os prejuízos socioambientais causados pelo esgoto doméstico não coletado é uma realidade em vários municípios, principalmente em bairros mais pobres. O tratamento de esgoto sanitário, ainda deficiente, constitui uma das mais importantes medidas preventivas de enfermidades. Como uma questão essencialmente de saúde pública, o acesso aos serviços de saneamento básico deve ser tratado como um direito do cidadão, fundamental para a melhoria de sua qualidade de vida.

**Tabela 10 – Número de famílias por tipo de esgotamento sanitário**

Municípios	Céu aberto	Fossa rudimentar	Fossa séptica	Outro	Rede pública	Vala	SI*	Total
Cariacica	249	4570	501	86	19500	1268	86	26260
Fundão	19	718	103	14	838	13	0	1705
Guarapari	242	2774	645	76	3322	539	79	7677
Serra	192	3781	751	64	22935	1168	56	28947
Viana	80	1415	187	29	4282	147	8	6148
Vila Velha	106	1500	597	109	13854	384	216	16766
Vitória	50	52	46	94	17807	18	130	18197
<b>Total</b>	<b>938</b>	<b>14810</b>	<b>2830</b>	<b>472</b>	<b>82538</b>	<b>3537</b>	<b>575</b>	<b>105700</b>

Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

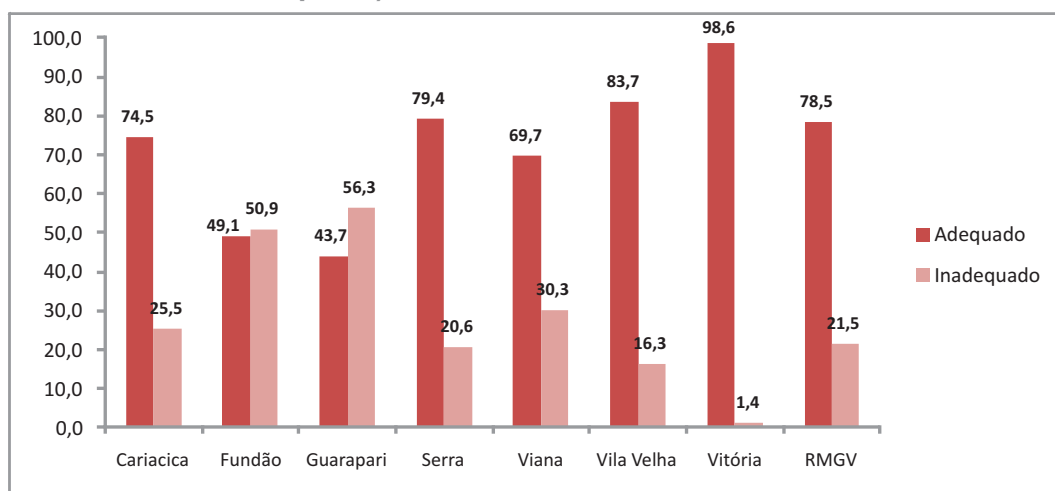
\*SI - Domicílios sem informação.

Para subsidiar as análises classificou-se o sistema de esgotamento sanitário em adequado e inadequado. Para adequado foi considerado o tratamento realizado pela rede pública, e como inadequado, as outras categorias (céu aberto, fossa rudimentar, fossa séptica, outro e vala)<sup>7</sup>.

Vitória (98,6%) lidera o *ranking* dentre os municípios da RMGV com o maior percentual de domicílios com o esgotamento sanitário adequado. Em segundo, terceiro e quarto lugares, respectivamente, estão Vila Velha (83,7%), Serra (79,4%) e Cariacica (74,5). Por outro lado, Fundão e Guarapari registram 50,9% e 56,3% de domicílios sem tratamento adequado de esgoto (Gráfico 08).

<sup>7</sup> Considerou-se a fossa séptica para o cálculo inadequado, por não haver informações sobre a qualidade das fossas, uma vez que a fossa séptica é uma alternativa para casas localizadas em locais que não têm sistema público de coleta e tratamento de esgotos. Um sistema eficiente e completo deve contar também com caixas de gordura, filtros anaeróbicos e sumidouros. Há critérios que devem ser seguidos para a instalação correta. (fonte: [WWW.arquitetura.ufmg.br](http://WWW.arquitetura.ufmg.br)).

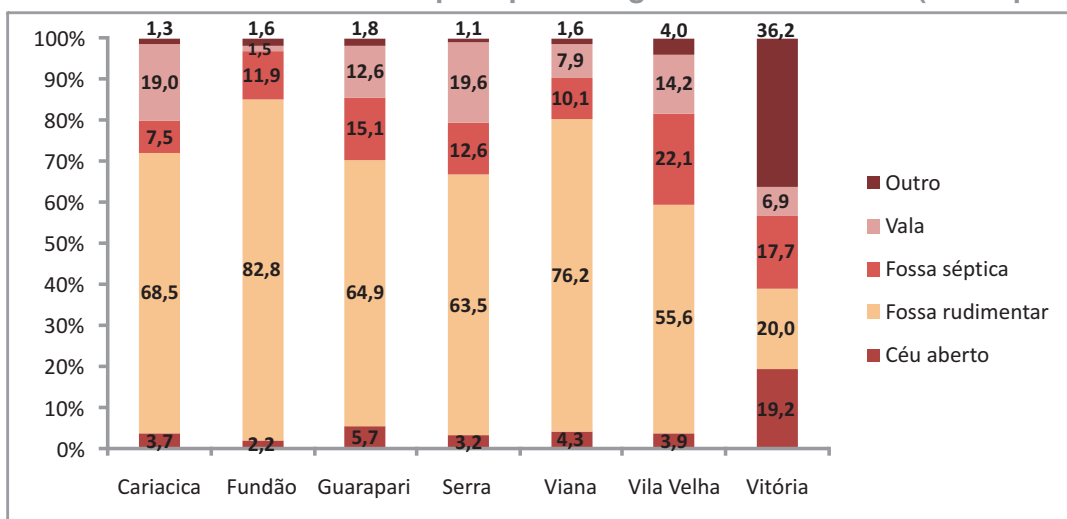
**Gráfico 08 – Número de famílias por tipo de esgotamento sanitário (adequado e inadequado)**



Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

Dentre as categorias que representam ausência de tratamento pela rede pública, a construção de fossas rudimentares é a principal estratégia utilizada pelos moradores. O gráfico abaixo representa o percentual dentro do grupo de inadequação.

**Gráfico 09 – Número de famílias por tipo de esgotamento sanitário (inadequado)**



Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

### 3.7 Número de famílias por tipo de tratamento da água

**Tabela 11 – Número de famílias por tipo de tratamento da água**

Municípios	Cloração	Fervura	Filtração	Outro	Sem tratamento	SI*	Total
Cariacica	7016	242	16239	197	2491	75	26260
Fundão	190	37	1179	23	276	0	1705
Guarapari	1010	204	5067	140	1179	77	7677
Serra	11740	273	15722	566	595	51	28947
Viana	1694	134	3843	12	457	8	6148
Vila Velha	1117	263	13491	198	1486	211	16766
Vitória	11359	204	5632	104	780	118	18197
<b>Total</b>	<b>34126</b>	<b>1357</b>	<b>61173</b>	<b>1240</b>	<b>7264</b>	<b>540</b>	<b>105700</b>

Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

\*SI - Domicílios sem informação.

O tratamento de água considerado mais adequado para o consumo, segundo os órgãos responsáveis, é o processo de filtração, embora sejam consideradas válidas outras formas de tratamento, como cloração<sup>8</sup> e fervura. No entanto, dependendo dos meios no qual são realizados tais procedimentos, não há garantia de que o tratamento de água seja alcançado. O município que concentra o maior número absoluto de domicílios que utilizam a filtração como forma de tratamento de água é Cariacica (16.239), seguido de Serra (15.722) e Vila Velha (13.491). Vitória é o único município que apresenta o número maior de domicílios que utilizam o método de cloração. Quanto aos domicílios sem tratamento, Cariacica (2.491) lidera o *ranking* em termos absolutos, seguido de Guarapari (1.779) e Vila Velha (1.486).

Em termos percentuais, o município de Fundão lidera o *ranking*, com 16,2% de famílias que declararam não realizar nenhum procedimento para o consumo de água, seguido de Guarapari (15,5%) e Vila Velha (9%) (Tabela 12, Gráfico 09).

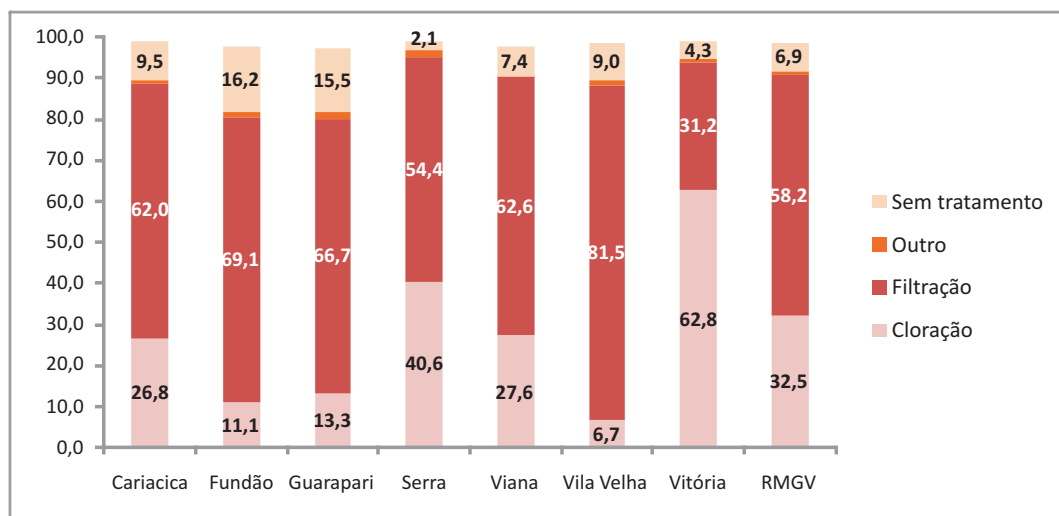
<sup>8</sup> Cloração: A água deve ser clorada em um reservatório de menor tamanho que deve ficar localizado na cozinha. A recomendação para cloração é de 01 colher de chá de água sanitária para cada 20 litros de água armazenada. Deve-se misturar bem. Após 30 minutos, a água já pode ser consumida. Alternativamente, devem-se seguir as recomendações dos Agentes de Saúde (que atuam na comunidade) para o tratamento da água. Segundo informações dos técnicos da Secretaria de Ação Social do município de Vitória, cloração foi classificada como a água que vem diretamente da CESAN.

**Tabela 12 – Número de famílias por tipo de tratamento da água**

Municípios	Cloração	Filtração	Outro	Sem tratamento
Cariacica	26,8	62,0	0,8	9,5
Fundão	11,1	69,1	1,3	16,2
Guarapari	13,3	66,7	1,8	15,5
Serra	40,6	54,4	2,0	2,1
Viana	27,6	62,6	0,2	7,4
Vila Velha	6,7	81,5	1,2	9,0
Vitória	62,8	31,2	0,6	4,3
<b>Total</b>	<b>32,5</b>	<b>58,2</b>	<b>1,2</b>	<b>6,9</b>

Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

**Gráfico 10 – Percentual de famílias por tipo de tratamento da água**



Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

### 3.8 Número de famílias por tipo de iluminação

A iluminação pública é essencial à qualidade de vida nos centros urbanos, atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar plenamente do espaço público no período noturno. Além de estar diretamente ligada à segurança pública no tráfego, a iluminação pública pode prevenir a criminalidade, orientar percursos e levar ao maior aproveitamento das áreas de lazer.

A melhoria da qualidade dos sistemas de iluminação pública amplia a cultura do uso eficiente e racional da energia elétrica e contribui para o desenvolvimento social e econômico da população. No entanto, a cobertura da energia elétrica por meio da iluminação pública ainda não é total no território capixaba. A Tabela 13 representa em números essa realidade.

**Tabela 13 – Número de famílias por tipo de iluminação**

Municípios	Lampião	Outro	Relógio comunitário	Relógio próprio	Sem relógio	Vela	SI*	Total
Cariacica	24	729	819	22514	2067	16	91	26260
Fundão	6	73	129	1441	52	4	0	1705
Guarapari	24	439	772	6073	252	35	82	7677
Serra	5	419	518	26229	1703	9	64	28947
Viana	9	140	120	5606	255	10	8	6148
Vila Velha	32	2472	947	12683	415	12	205	16766
Vitória	7	619	1488	14597	1347	11	128	18197
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>4891</b>	<b>4793</b>	<b>89143</b>	<b>6091</b>	<b>97</b>	<b>578</b>	<b>105700</b>

Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

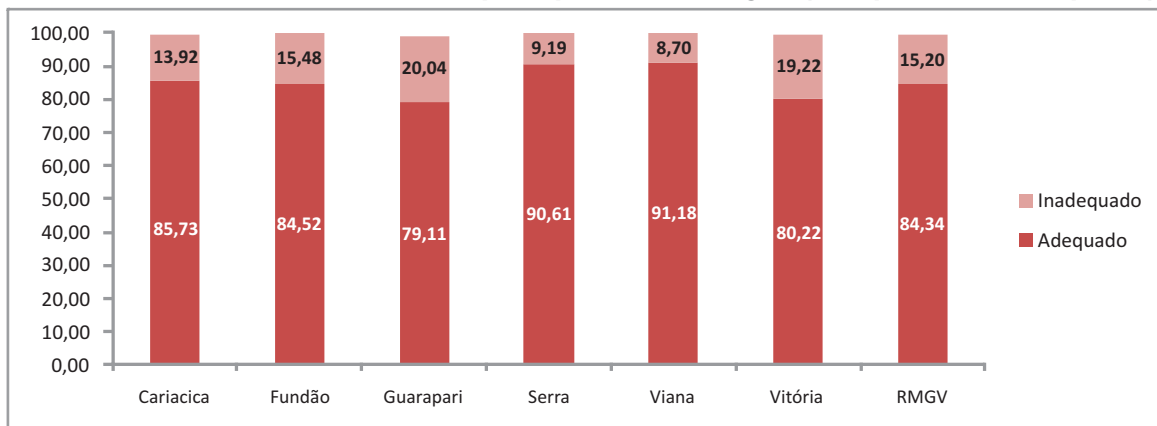
\*SI - Domicílios sem informação.

Em números absolutos, os municípios da RMGV concentram o maior número de residências que possuem relógio próprio. Há um número representativo de domicílios que utilizam relógio comunitário, que são alternativas criadas pelas próprias comunidades. Em números absolutos o município de Vitória está em primeiro lugar (1.488), seguido de Vila Velha (947), Cariacica (819) e, em quarto lugar, Guarapari (772).

Observa-se também um número considerável de residências sem relógio, o que necessariamente não significa ausência de energia elétrica. Em números absolutos o município de Cariacica aparece em primeiro lugar e registra 2.067 domicílios, seguido de Serra (1.703) e Vitória (1.347) (Tabela 13).



**Gráfico 11 – Percentual de famílias por tipo de iluminação (adequado e inadequado)**

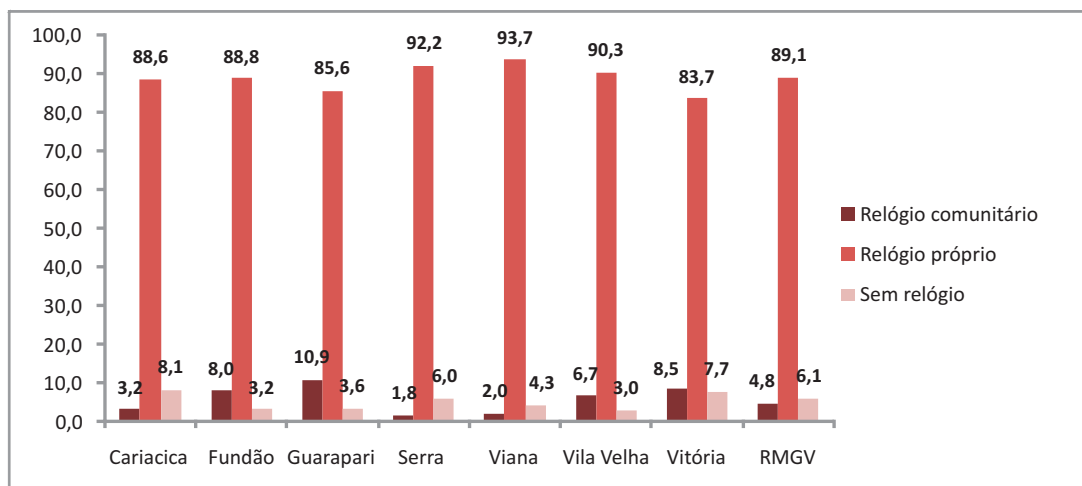


Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

Convencionou-se denominar iluminação adequada apenas os domicílios que possuem relógio próprio, e inadequada, todas as outras categorias, excluindo os domicílios sem informação. O município de Serra ocupa o primeiro lugar no *ranking*, com 90,61% de residências com relógios próprios, seguido de Viana (91,18%) e Fundão (84,52%), todos acima da média da RMGV (84,34%). O de Guarapari ocupa o primeiro lugar (20,04%) no *ranking* de domicílios com iluminação inadequada, seguido de Vitória (19,22%).

O Gráfico 11 demonstra o percentual no total de domicílios com relógio comunitário, relógio próprio e sem relógio. O município de Cariacica (8,1%) tem o maior percentual de residências sem relógio próprio, seguido de Vitória (7,7%), ambos acima da média da RMGV (6,1%). Em relação aos relógios comunitários, o município de Guarapari aparece em primeiro lugar, com 10,9%, seguido de Vitória (8,5%) e Fundão (8%) (Gráfico 12).

**Gráfico 12 – Percentual de famílias por tipo de iluminação (relógio comunitário, relógio próprio e sem relógio)**

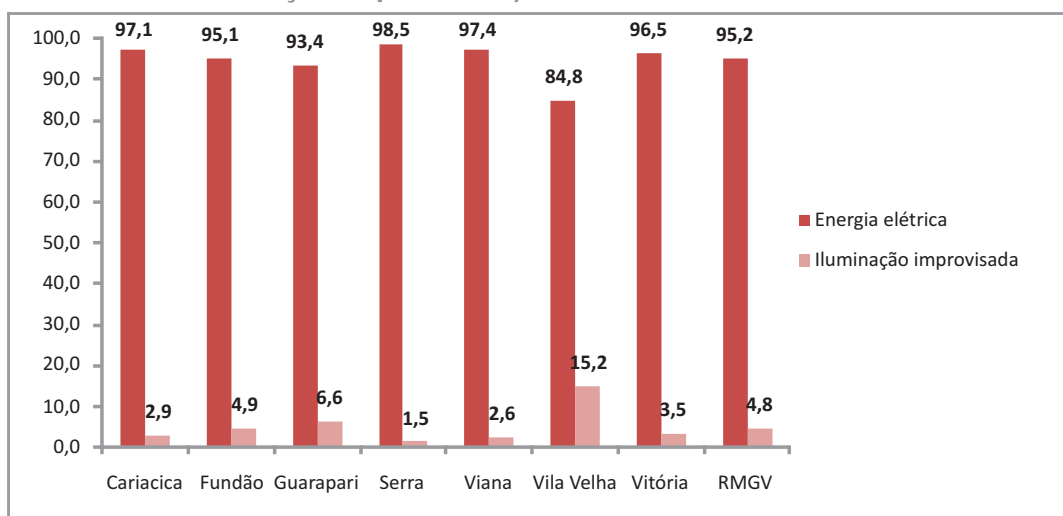


Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

Para subsidiar as análises convencionou-se na categoria energia elétrica, as opções relógios próprios, comunitários e sem relógios. Partiu-se do pressuposto de que, se a família respondente não indicou outra opção no formulário, pode ser que a residência tenha acesso à rede de energia elétrica mas não por meio de relógio próprio. Para iluminação improvisada foram consideradas as residências que utilizam lampião, vela e outro meio de iluminação não identificado, como, por exemplo, gerador e querosene.

No Gráfico 13 é possível observar a situação dos domicílios se forem analisados sob este foco. O município de Vila Velha (15,2%) está em primeiro lugar no *ranking* de domicílios com iluminação improvisada, seguido de Guarapari (6,6%), ambos acima da média da RMGV (4,8%). Isso significa que Vila Velha tem 2.516 residências que improvisam iluminação, e Guarapari, 498.

**Gráfico 13 – Percentual de famílias por tipo de iluminação (energia elétrica e iluminação improvisada)**



Fonte: Cadastro Único/Nov 2009/GEPS Estadual

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente nota técnica buscou apresentar uma análise das informações das famílias carentes da Região Metropolitana da Grande Vitória, por meios das condições de habitabilidade, captadas pelos dados do CadÚnico. Essas informações possibilitam uma melhor compreensão das principais necessidades das famílias capixabas no sentido de subsidiar a formulação e a implantação de serviços sociais que as atendam de uma forma mais eficaz. No entanto, deve ser reforçado que as informações apresentadas devem ser interpretadas com cautela, devido aos problemas inerentes à base de dados, além do fato de ter sido considerada apenas a base de novembro de 2009. Apesar disso, não há razões para acreditar que a maior parte dos resultados se altere de forma significativa quando forem considerados outros períodos.

## Referências bibliográficas

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2006**. Convênio PNUD/Ministério das Cidades, Belo Horizonte, 2006.

GOVERNO FEDERAL. Ministério do Desenvolvimento Social. Cadastro Único de Programas Sociais. **Caderno Azul (Versão 6.05)**, Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Programa Bolsa Família. **Informações sobre Cadastro Único**, Brasília, 2009. Disponível em <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastro\\_unico](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastro_unico)>. Acesso em 01 abr 2009.

PNAS. Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Novembro de 2004.